

PETIÇÃO Nº 192/X/2^A

Fórum Sesimbra
Comissão Coordenadora

João Lopes - Tel:

/ Fax:

Ar. 7º e 6º Comissão,
sem competência a
7º.

14.11.06

| |
|---|
| Assembleia da República Gabinete do Presidente |
| N.º de Entrada <u>179899</u> |
| Classificação <u>1802</u> |
| Data <u>06.11.14</u> |

À DAC p/a 7º e 6º Comissão,
06.11.14

Exmo. Senhor Presidente da
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

ASSUNTO: Entrega de abaixo-assinado

Exmo. Senhor Presidente,

Vêm João da Silva Lopes, João Francisco Ribeiro Narciso, António Manuel Gomes Pila e Dionísio Alexandre Machado, enquanto primeiros subscritores, fazer entrega, em anexo, de abaixo-assinados relacionado com a publicação do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida.

Ficando à consideração de Vossa Excelência dar-lhe os fins que julgar convenientes.

Com os nossos melhores cumprimentos,

| |
|--|
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CPLAOT |
| N.º Único <u>179899</u> |
| Entrada/Série n.º <u>306</u> Data: <u>06/11/21</u> |

A Comissão Coordenadora

João Lopes
João Narciso
António Pila

Conteúdo: 4254 assinaturas

SESIMBRA TEM RAZÃO SEM PESCA NÃO HÁ PÃO

Exmo. Sr. Presidente
da Assembleia da República

A regulamentação do Parque Marinho Dr. Luís Saldanha que integra o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida põe em causa a continuação da actividade da comunidade piscatória de Sesimbra, nomeadamente, da pequena pesca local e costeira, que se vê impedida ou fortemente limitada de manter a sua actividade nos pesqueiros que sempre utilizou.

A matriz histórica e cultural de Sesimbra, terra de pescadores, está a ser posta em causa, sendo que as consequências económicas são desastrosas para todo o Concelho já gravemente afectado pela forte diminuição, em tempo recente, da actividade da pesca.

A defesa dos valores ambientais não pode ser feita contra os interesses das populações, primeira e única razão, de uma política que garanta um futuro em que o Homem e o Meio subsistam num equilíbrio sustentado.

Face às consequências sociais directas, para os pescadores, para as suas famílias e para toda a comunidade sesimbrense e dos concelhos limitrofes, os abaixo-assinados rejeitam o Regulamento do Parque Marinho Dr. Luís Saldanha e exigem que sejam encontradas alternativas que permitam a continuidade da actividade piscatória.